

PETIÇÃO INICIAL - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE _____

NOME DO AUTOR: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

CPF: _____

RG: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

NOME DO RÉU (INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, EMPRESA, ETC.): _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

TELEFONE: _____

I - DOS FATOS

1. O Autor teve seu nome incluído nos cadastros de proteção ao crédito, tais como SPC, SERASA e outros, indevidamente, em razão de suposta dívida inexistente ou já quitada.
2. A negativação indevida tem causado sérios transtornos à vida financeira e pessoal do Autor, impossibilitando-o de realizar operações de crédito, causando-lhe danos morais e materiais.
3. O Autor tentou resolver a situação administrativamente junto ao Réu, porém não obteve sucesso, permanecendo a restrição indevida.

II - DO DIREITO

1. A inclusão do nome do Autor nos cadastros restritivos sem a existência de débito legítimo configura ato ilícito, nos termos do artigo 186 do Código Civil.
2. O artigo 927 do Código Civil impõe a obrigação de indenizar aquele que causar dano a outrem.
3. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) também protege o consumidor contra práticas abusivas e danos causados por fornecedores de serviços, incluindo a negativação indevida (artigos 6º, VI e 14).
4. Jurisprudência consolidada reconhece o direito à indenização por danos morais decorrentes da inscrição indevida em cadastros restritivos.

III - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. A citação do Réu para apresentar defesa, sob pena de revelia e confissão;
2. A declaração de inexistência da dívida objeto da negativação indevida;
3. A imediata exclusão do nome do Autor dos cadastros de proteção ao crédito, sob pena de multa diária;
4. A condenação do Réu ao pagamento de indenização por danos morais, em valor a ser arbitrado por Vossa Excelência;
5. A condenação do Réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios;
6. A produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente documental, testemunhal e pericial, se necessário.

IV - DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A INICIAL

- Documentos pessoais do Autor;
- Comprovante de endereço;
- Prova da tentativa de resolução administrativa junto ao Réu;
- Documentos que demonstrem a inexistência da dívida ou seu pagamento;
- Print ou comprovante da negativação indevida;

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____,
Local

Assinatura do(a) Autor(a) ou

Advogado(a)

Nome do(a) Advogado(a)

OAB/UF nº _____

Fonte original deste documento:

<https://modelos-br.com/peticao-negativacao-indevida/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelos-br.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.